



PREFEITURA DE CARNAUBAL

Governando para todos

MENSAGEM Nº. 002/2022.

Carnaubal (CE), 25 de janeiro de 2022.

A Sua Excelência
Genilson Mendes da Silveira
Presidente da Câmara Municipal dos Vereadores do Município de
Carnaubal/CE.

Assunto: Iniciativa de Processo Legislativo - Projeto de Lei nº. 002/2022.

Senhor Presidente:

No uso das prerrogativas que são conferidas ao Chefe do Poder Executivo pela Lei Orgânica do Município de Carnaubal/CE, dirijo-me a Vossa Excelência para remeter-lhe o incluso Projeto de Lei (PL) nº 002/2022, desta data, sobre Lei Municipal que **"AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL REPASSAR INCENTIVO FINANCEIRO ADICIONAL AOS AGENTES DE COMBATES ÀS ENDEMIAS - ACE's, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"** conforme ser demonstrado na justificativa que segue como parte integrante desta.

Desta forma, solicita-se que a matéria seja recebida e distribuída às respectivas comissões de vereadores e demais distintos edis com assento nesta Casa de Leis, a fim de que sejam processadas as devidas análises e deliberações, com posterior submissão ao Plenário desta Egrégia Câmara para apreciação e votação pelos seus integrantes.

x



PREFEITURA DE CARNAUBAL

Governando para todos

Por fim, destaca-se a justificativa que acompanha este Projeto de Lei evidenciam os motivos, finalidades e pertinentes aspectos jurídicos e legais da propositura em evidencia, e com amparo nestes, bem como tendo em vista a importância do tema para a municipalidade.

Atenciosamente,


JOSE WELITON SOUZA LEITE
Prefeito Municipal





JUSTIFICATIVA

Sr. Presidente,
Senhores Vereadores,

Por intermédio do Projeto de Lei (PL) nº. 002/2022 este Chefe do Poder Executivo submete à apreciação desse colegiado e de toda a comunidade carnaubalense propositura legislativa que dispõe sobre Lei Municipal que **“Autoriza o Poder Executivo Municipal repassar incentivo financeiro adicional aos Agentes de Combates às Endemias – ACE’s, e dá outras providências.”**

Entendemos que os Agentes de Combates às Endemias desempenham papel fundamental dentro do controle da Vigilância Sanitária do Município de Carnaubal (CE). Eles realizam as visitas domiciliares, fiscalizam, acompanham e orientam a população sobre possíveis focos agentes transmissores de doenças.

No ano de 2021 foi enviado a essa Casa o projeto de Lei nº 021/2021 que “AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL REPASSAR INCENTIVO FINANCEIRO ADICIONAL AOS AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE - ACS, E AOS AGENTES DE COMBATE ÀS ENDEMIAS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”, **contudo estava inserido também o repasse dos Agentes Comunitários de Saúde, porém para melhor aclarar e ter uma organização de leis a trabalho administrativo faz-se necessário a separação dos repasses dos Agentes Comunitários de Saúde e dos Agentes de Combate as Endemias por leis distintas.**

O presente Projeto de Lei Municipal trata do Incentivo Financeiro Adicional para o Programa de Agentes de Combates às Endemias a ser pago diretamente aos ocupantes dos referidos cargos.

Assim, diante do caso objeto deste Projeto de Lei, pertinente que se façam algumas premissas, que são de suma importância para fins de definição legal dos parâmetros:

Considerando, que a Lei Federal nº 11.350, de 5 de outubro de 2006, que regulamenta o § 5º do art. 198 da Constituição, dispõe



PREFEITURA DE CARNAUBAL

Governando para todos

sobre o aproveitamento de pessoal com fundamento no parágrafo único do art. 2º da Emenda Constitucional nº 51, de 14 de fevereiro de 2006;

Considerando, o Anexo XXII - Política Nacional de Atenção Básica (PNAB), da Portaria de Consolidação nº 2/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre as políticas nacionais de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando, a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando, a Lei Federal nº 13.595, de 5 de janeiro de 2018, que altera a Lei nº 11.350, de 5 de outubro de 2006, para dispor sobre a reformulação das atribuições, a jornada e as condições de trabalho, o grau de formação profissional, os cursos de formação técnica e continuada e a indenização de transporte dos profissionais Agentes Comunitários de Saúde e Agentes de Combate às Endemias;

Considerando a Lei Federal nº 13.708, de 14 de agosto de 2018, que altera a Lei nº 11.350, de 5 de outubro de 2006, para modificar normas que regulam o exercício profissional dos Agentes Comunitários de Saúde e dos Agentes de Combate às Endemias;

Assim, diante do ordenamento jurídico vigente, fica estabelecido e com largo lastro jurídico, o direito a concessão do implemento da parcela denominada de incentivo financeiro adicional, que é oriundo de repasse de valores recebidos anualmente do Ministério da Saúde, previsto no parágrafo único do Artigo 5º do Decreto Federal n.º 8.474, de 22 de junho de 2015, e na Lei Federal N.º 12.994, alterada pela Lei n.º 13.708/2018, que visa estimular os profissionais que trabalham nos programas estratégicos da Política Nacional de Atenção Básica e fortalecimento da atuação dos Agentes de Combate às Endemias.

Logo, como os recursos financeiros federais ingressam no Fundo Municipal da Saúde, oriundos do Fundo Nacional de Saúde, cabe ao Município obter autorização legislativa para poder realizar o repasse destes valores diretamente aos servidores públicos municipais de Carnaubal que estejam na ativa e que estejam desempenhando especificamente as funções de Agentes de

SP.



PREFEITURA DE CARNAUBAL

Governando para todos

Combate às Endemias.

Certo de contar com o apoio de Vossas Excelências, subscrevo o presente.

Pelo exposto submetemos o presente Projeto de Lei para apreciação dos Nobres Vereadores dessa Casa de Leis.

Atenciosamente,


JOSE WELITON SOUZA LEITE
Prefeito Municipal





PROJETO DE LEI Nº 002/2022, de 25 de janeiro de 2022.

“Autoriza o Poder Executivo Municipal repassar incentivo financeiro adicional aos Agentes de Combate às Endemias – ACE e dá outras providências.”

O Prefeito Municipal de Carnaubal faz saber que a Câmara Municipal de Carnaubal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a efetuar o repasse, na forma de um pagamento adicional, a todos os Agentes de Combate às Endemias – ACE’s de Carnaubal que estejam na ativa de forma efetiva, cujo valor será a título de incentivo profissional, oriundo de parcela denominada incentivo financeiro adicional, cujo valor é recebido pelo Município anualmente do Ministério da Saúde, cujo repasse encontra-se previsto no parágrafo único do Artigo 5º do Decreto Federal n.º 8.474 de 22 de junho de 2015 e na Lei Federal n.º 12.994, alterada pela Lei n.º 13.708/2018, que visado estimular os profissionais que trabalham nos programas estratégicos da política Nacional de Atenção Básica e fortalecimento da atuação de Agentes de Combate às Endemias.

§1º O Poder Executivo Municipal irá repassar aos Agentes de Combate às Endemias a título de incentivo financeiro, o montante do valor recebido do Governo Federal - Ministério da Saúde, cujo valor é recebido no último trimestre de cada ano, conforme Portaria do Ministério da Saúde nº 3.317, de 07 de dezembro de 2020, onde o Município irá realizar rateio desse valor e repassar de forma igual, para todos os servidores públicos que estejam na ativa e desempenhando, de forma efetiva, a função de Agente de Combate às Endemias no Município de Carnaubal.

§2º O repasse do valor a título de incentivo financeiro adicional, será efetuado uma vez por ano e de forma integral, no mês subseqüente ao que o Município de Carnaubal receber do Ministério da Saúde, cujo valor será pago através de uma parcela adicional em conta, de cada servidor público que esteja na ativa de forma efetiva e exercendo a função de Agentes de Combate às Endemias no Município de Carnaubal.

§3º A Secretaria Municipal de Saúde do Município de Carnaubal, ficará responsável pelo controle e levantamento dos valores recebidos, em conjunto com a parte contábil do município, onde, ambos realizarão os devidos levantamentos dos valores recebidos e efetuarão todos os procedimentos para individualizar os servidores e os valores que serão destinados a cada um, de forma igual e proporcional, do valor relativo ao incentivo financeiro adicional previsto no *caput* deste artigo, para que sejam os valores recebidos por todos os servidores públicos que se encontrem em pleno exercício da função de Agentes de Combate às Endemias e estejam desenvolvendo participação efetiva de todas as atividades de fortalecimento e estímulo das práticas de prevenção, controle de endemias,



epromoção da saúde, em prol da coletividade.

Art. 2º O pagamento da parcela adicional de incentivos regulados por esta Lei aos Agentes de Combate às Endemias no Município de Carnaubal estará estritamente vinculado e persistirá enquanto houver o repasse do Governo Federal, através do Ministério da Saúde, de especificidade para esse fim.

Art. 3º É vedado ao Município, a qualquer título, valer-se de recursos próprios para antecipar, compensar ou complementar qualquer pagamento de recursos não repassados pelo Ministério da Saúde, ainda que da proporção resultante do rateio previsto no §1º do artigo 1º não resulte valor do piso.

§1º. O valor repassado não tem natureza salarial e não se incorporará à remuneração do Agentes de Combate às Endemias, não servindo de base de cálculo para o recebimento de qualquer outra vantagem funcional.

§2º. Não haverá incidência de quaisquer encargos sociais, previdenciários ou fundiários sobre o valor de incentivo financeiro adicional de que trata esta Lei.

Art. 5º. A Secretaria Municipal de Saúde poderá definir, mediante portaria, metas diversas ou adicionais para a concessão da gratificação de que trata esta Lei, respeitada a regulamentação expedida pela União sobre a matéria.

Art. 6º. As despesas decorrentes desta Lei correrão por conta dos recursos repassados pela União, referentes ao Incentivo Financeiro para fortalecimento de políticas efetivas na atuação dos Agentes de Combate às Endemias. Assim, as despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta dos Orçamentos vigentes de cada exercício financeiro em que a parcela for efetivamente paga.

Art.7º. O incentivo financeiro adicional de que trata esta Lei poderá deixar de ser pago em caso de paralisação do repasse do recurso pelo Ministério da Saúde.

Art. 8º. Em nenhuma hipótese o incentivo financeiro adicional será pago com recursos do Município.

Art.9º. O valor será atualizado conforme os instrumentos normativos subsequentes publicados pelo Ministério da Saúde, referentes ao incentivo financeiro adicional dos Agentes de Combate às Endemias efetivamente repassado ao Município, considerados demais gastos e investimentos e repasses dos recursos da Assistência Financeira Complementar (AFC) da União.

Handwritten signature



PREFEITURA DE CARNAUBAL

Governando para todos

Art.10. Fica o Município autorizado a aderir ao Programa Saúde com Agente, destinada à formação técnica dos Agentes de Combates às Endemias, instituído pela Portaria nº 3.241 de 07 de dezembro de 2020, do Ministério da Saúde.

Art. 11. Fica o Município autorizado a buscar cursos voltados às atividades de prevenção e controle de doenças e de promoção da saúde, combate às endemias e estabelecer parâmetros observando as diretrizes curriculares nacionais definidas pelo Conselho Nacional de Educação e pelo Ministério da Saúde, os quais podem ser estabelecidos como metas aos beneficiários desta Lei.

Art.12. Os casos omissos desta Lei serão regulamentados por Decreto do Executivo, se necessário.

Art.13. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos e revogado quaisquer outras disposições em contrário, em especial a Lei Municipal nº 393/2021.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE CARNAUBAL, em 25 de janeiro de 2022.



JOSE WELITON SOUZA LEITE
Prefeito Municipal



PREFEITURA DE CARNAUBAL

Governando para todos

